Requerimento N°, DE 2025 (Do Sr. HEITOR SCHUCH)

Requer nos termos regimentais a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural com o objetivo de discutir impactos da 11º Conferência das Partes (COP 11) da Convenção-Quadro para o controle do Tabaco.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, § 2°, inciso II, da Constituição Federal e art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural com o intuito de discutir os potenciais impactos de decisões que poderão ser tomadas na 11° Conferência das Partes (COP 11) da Convenção-Quadro para o controle do Tabaco. A data para a referida audiência ocorrerá oportunamente.

JUSTIFICAÇÃO

A realização desta audiência pública justifica-se pela necessidade de promover um debate técnico, transparente e democrático acerca dos possíveis impactos socioeconômicos decorrentes das decisões que poderão ser adotadas durante a 11ª Conferência das Partes (COP11) da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, a ser realizada sob os auspícios da Organização Mundial da Saúde (OMS).





CÂMARA DOS DEPUTADOS

As preocupações são legítimas e amplamente compartilhadas por representantes da agricultura familiar, trabalhadores rurais, cooperativas, entidades sindicais e gestores públicos de diversos municípios brasileiros que integram a cadeia produtiva do tabaco. Essa cadeia tem relevância econômica estratégica, especialmente nos estados do Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) e do Nordeste (Bahia e Alagoas), onde o cultivo de tabaco constitui uma das principais fontes de emprego e renda no meio rural, com reflexos diretos na arrecadação municipal, na estabilidade social e na permanência das famílias no campo.

É imprescindível que as deliberações internacionais levem em conta as especificidades da realidade brasileira e os princípios da soberania nacional, do desenvolvimento regional e da justiça social. A ausência de diálogo amplo com os atores diretamente impactados compromete não apenas a legitimidade das decisões, mas também sua eficácia e aderência à realidade nacional.

Nesse contexto, a audiência pública se propõe como um espaço institucional de escuta qualificada e participação plural, reunindo representantes do governo federal, de entidades de classe, pesquisadores, especialistas em saúde pública, economia e desenvolvimento rural, além de lideranças dos próprios produtores e trabalhadores do setor. O objetivo é subsidiar o debate público com informações técnicas, evidências científicas e experiências concretas, de modo a contribuir para a formulação de políticas equilibradas, que conciliem os compromissos internacionais do Brasil com a defesa do trabalho digno e da sustentabilidade econômica e social no campo.

Portanto, esta iniciativa visa assegurar a transparência do processo decisório, fortalecer o controle social e garantir que os interesses legítimos das populações rurais sejam devidamente considerados no âmbito das negociações e posicionamentos adotados pelo Brasil na COP11.





À vista do exposto, conclamamos o apoio dos nobres para a aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, em de maio de 2025.

Dep. Heitor Schuch (PSB/RS)



